



UNIVERSIDADE NEOLIBERAL OU UNIVERSIDADE LIBERTADORA? ALTERNATIVAS À MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

NEOLIBERAL UNIVERSITY OR LIBERATING UNIVERSITY? ALTERNATIVES TO THE COMMODIFICATION OF HIGHER EDUCATION

Wagner Pires da SILVA* 

Neiva Afonso OLIVEIRA** 

Resumo: A educação superior é, atualmente, um espaço em disputa, tanto pela sua função social, quanto pelo potencial de lucros que ela pode gerar ao ser explorada como um negócio como qualquer outro, vista como simples investimento. Para negar a concepção mercantilizadora da educação superior se faz necessária refletir sobre a universidade e seu papel. As contribuições pedagógicas de Paulo Freire, entendendo estas, como um ponto de partida para uma práxis libertadora na universidade, podem contribuir enquanto ferramenta desse processo. O presente trabalho evidencia o contraste entre a concepção neoliberal de universidade e a de uma universidade voltada para os oprimidos. Para tanto, o artigo realiza uma revisão bibliográfica que situa o leitor em relação à adequação das universidades à agenda neoliberal, bem como as formulações em relação a resistência ao modelo de mercado. Desta forma, pode-se reafirmar a importância do modelo público de universidade, voltado para atendimento das demandas da população trabalhadora.

Palavras-chave: Universidade. Neoliberalismo. Educação Libertadora.

Abstract: Higher education is currently a space in dispute, both for its social function and for the potential profits it can generate when it is exploited as a business like any other, seen as a simple investment. In order to deny the mercantilizing conception of higher education, it is necessary to reflect on the university and its role. Paulo Freire's pedagogical contributions, understood as a starting point for a liberating praxis in the university, can contribute as a tool for this process. The present paper highlights the contrast between the neoliberal conception of university and that of a university for the oppressed. To this end, the article conducts a literature review that situates the reader in relation to the adaptation of universities to the neoliberal agenda, as well as the formulations in relation to resistance to the market model. In this way, the importance of the public model of university can be reaffirmed, focused on meeting the demands of the working population.

Keywords: University. Neoliberalism. Liberating Education.

Submetido em 14/02/2022. Aceito em 10/10/2023.

* Doutorando em Educação na Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. E-mail: wagner.pires@ufpel.edu.br

** Doutora em Filosofia pela PUC-RS. Professora associada da Universidade Federal de Pelotas. Professora do Programa de Pós-Graduação, credenciada na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação. E-mail: neivaafonsooliveira@gmail.com



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

Introdução

Desde a campanha eleitoral de 2018, a universidade tem sido alvo do ataque do presidente Bolsonaro. Em seu governo, para além das costumeiras bravatas, os ataques se materializaram por meio do corte e do contingenciamento dos recursos orçamentários para as universidades federais. O principal projeto do Ministério da Educação para a educação superior, foi o Future-se, que alterava profundamente o financiamento das universidades públicas, ao estimular mecanismos de privatização dos espaços físicos e da produção científica das instituições. O projeto acabou sendo retirado de discussão após ser debatido e refutado nos Conselhos Superiores da maioria das Universidades.

O governo possui uma concepção elitista de Educação Superior, a qual pode ser facilmente comprovada por falas de seus ministros da Educação. Tanto o primeiro indicado para a pasta, Vélaz, quanto o atual ministro, Ribeiro, já declararam publicamente que a universidade deveria ser para poucos.

Já a algum tem que as universidades e o saber produzidos por elas vem sendo desvalorizado. Projetos, como o da extinção da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, uma das maiores universidades brasileiras, que seriam impensáveis em outra conjuntura, são agora propostos no parlamento sem pudor algum.

Essa mudança na forma como a sociedade brasileira vê as universidades públicas e a educação superior, como um todo dão mostras de que os valores e mercado estão cada vez mais arraigados. O presente trabalho busca refletir sobre esse momento da educação superior e discutir alternativas diante das pressões pela comodificação desse nível de ensino, tendo como referenciais as contribuições de Paulo Freire.

1. O neoliberalismo moldando a sociedade

O mercado, no capitalismo, acaba por tornar-se uma força estruturante da sociedade, ultrapassando sua função alocativa e/ou distributiva (FRASER; JAEGGI, 2020). Esse aspecto foi agudizado pela ascensão do neoliberalismo, uma vez que, aonde quer que tenham sido implementadas, as políticas neoliberais levaram a adoção de um novo normativo para a atuação estatal, baseado na lógica da concorrência, que do mundo dos negócios passaria a se aplicar a sociedade em sua totalidade (DARDOT; LAVAL, 2017). Daí a constatação de que “os mercados – e os valores de mercado – passaram a governar a nossa vida como nunca” (SANDEL, 2012, p. 11).

Já não se está mais nos marcos do *laissez-faire*¹, do liberalismo clássico, onde o Estado manteria o papel de orientar, estimular e combinar os interesses individuais no serviço do bem geral (DARDOT; LAVAL, 2016). Agora, a cartilha neoliberal apregoa a necessidade de

¹ Expressão francesa que significa deixe fazer, é considerada como a concepção clássica do liberalismo. De acordo com o *Laissez-faire*, o Estado deve intervir o mínimo possível nos processos econômicos e sociais, uma vez que para os defensores dessa teoria, a intervenção do Estado não teria qualquer aspecto positivo (BEZERRA, 2021).

[...] fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si [...]. Considerado uma racionalidade governamental, e não uma doutrina mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34).

A sociedade deixa de possuir uma economia de mercado, tornando-se ela própria uma sociedade de mercado, uma vez que a vida social é perpassada pelos valores de mercado (SANDEL, 2012). Esta seria uma mudança social profunda, já que

[...] uma economia de mercado é uma ferramenta – valiosa e eficaz – de organização de uma atividade produtiva. Uma sociedade de mercado é um modo de vida em que os valores de mercado permeiam cada aspecto da atividade humana. É um lugar em que as relações sociais são reformatadas à imagem do mercado (SANDEL, 2012, p. 16).

As decisões baseadas no coletivo e no debate são substituídas pela adoção de um mecanismo dito neutro e impessoal, o mercado, como o cerne da política, o que efetiva a “entrega dos assuntos humanos mais importantes ao mercado” (FRAZER; JAEGGI, 2020, p. 40). Medidas como a independência do Banco Central, aprovada pelo Congresso Nacional em 2021 (Lei Complementar 179/2021), que praticamente retira do governo eleito o comando da política monetária é um exemplo disso. Cada vez mais os espaços públicos ou estatais são convertidos em espaços mercantilizados cuja orientação é unicamente à valorização máxima do capital. A busca pela subordinação da vida social a estrutura de trocas de mercadorias passa por alterações no Estado, como as já mencionadas que objetivam

[...] assegurar que o Estado servisse a interesses de negócios; fazer com que as operações do Estado moldassem aquelas usadas nos negócios; e “tirar a política da esfera das instituições públicas”, o que significa reduzir a possibilidade de as instituições governamentais ficarem sujeitas às pressões políticas do eleitorado e dos movimentos sociais progressistas (APPLE, 2005, p. 31).

Essas alterações demonstram que, diferente do que o senso comum leva a acreditar, o neoliberalismo não busca a supressão do Estado, mas a utilização deste de acordo com os interesses do Mercado (DARDOT; LAVAL, 2016). São estes interesses que definem o que deve ser entregue à exploração privada e quais áreas devem permanecer estatais, ainda assim dentro da lógica mercantilista.

A iniciativa privada passaria a fornecer ações em áreas como saúde, educação, previdência social entre outras, ofertando-as, não apenas melhor que o Estado, mas, universalizando os atendimentos, hoje restritos devido a ineficiência estatal, garantindo preços acessíveis a toda a população, graças aos mecanismos de concorrência. Esse discurso neoliberal é apresentado dando como exemplos a expansão da telefonia após a privatização das estatais do setor.

Permitir que o mercado assuma o protagonismo do Estado é fruto de um discurso que, como vimos, apresenta este como um mero mecanismo, uma simples ferramenta, portanto, neutra. Mas, não há neutralidade nos mercados, uma vez que

[...] eles corporificam certas normas. Pressupõem – e promovem – certas maneiras de valorar os bens que estão sendo trocados. [...] Os mercados deixam as suas marcas nas normas sociais. Muitas vezes, os incentivos de mercado corroem ou sobrepujam os incentivos que não obedecem a lógica de mercado (SANDEL, 2012, p. 65).

A sociedade acaba por ser moldada à imagem do mercado, excluindo outras formas de alocação e distribuição da produção. Para isso utilizam-se “operações ideológicas que inculcam como dever moral satisfazer as preferências individuais, que são induzidas pelo próprio mercado” (CHAUÍ, 2013, p.89). Surgem uma nova ética e uma nova moral individualistas, que apregoam o indivíduo como o único responsável por seu sucesso ou fracasso. Efetiva-se uma sociedade “predominantemente marcada pela propriedade privada, e a razão da existência pessoal deixa de ser a articulação com a vida coletiva, para ser o mero enriquecimento privado” (LESSA; TONET, 2011, p. 78).

A exclusão de direitos sociais é realizada e defendida como forma de garantir uma ideia vaga de liberdade, principalmente a de escolha, em nome da defesa da individualidade. O discurso é que a existência de direitos é prejudicial, uma forma do Estado intervir na vida dos indivíduos. Percebe-se uma identificação forçada da atuação do Estado com os totalitarismos do século XX, notadamente o nazismo e o comunismo stalinista, onde a busca pelo poder e pela manutenção deste levaram à relativização da importância do indivíduo (MARTINS, 2015).

A exacerbação do individualismo e a extrapolação da esfera privada, com a conseqüente diminuição do espaço público, somados a ascensão do neoliberalismo, enquanto agenda diretiva do Estado, acabam por golpear a democracia. Afinal, a exaltação da técnica e daqueles que a dominam, reforçam o papel de uma dita racionalidade científica, que deve elaborar as regras e normas a serem seguidas pela sociedade, a despeito da maioria (CHAUÍ, 2013).

2. Formação dos trabalhadores sob a ótica neoliberal

O neoliberalismo se utiliza da ideia de que a realidade não pode ser transformada (FREIRE, 2013). Por isso a educação deve atuar para adaptar o educando a essa realidade imóvel, por meio do treino técnico indispensável à sobrevivência do mesmo.

O desenvolvimento das tecnologias de Informação e comunicação, bem como de outras forças produtivas, elevaram a complexidade das sociedades capitalistas. Essa complexidade demanda maior capacitação dos indivíduos (LESSA; TONET, 2011).

A sociedade atual vivencia uma ampliação das formas individuais de consumo e apropriação em detrimento das formas coletivas. No entanto, a produção permanece um fenômeno social, coletivo. Mas os

mecanismos de alienação e fetichização, descritos por Marx, levam os novos trabalhadores a visualizarem a produção como algo individualizado, na medida em que eles próprios devem atender tão somente as expectativas do mercado.

O trabalhador entende que deve atender a essas expectativas, por meio da qualificação, como forma de garantir sua maior diferenciação em relação aos seus concorrentes. Como deve empenhar-se por esta qualificação, entende que deve bancá-la com seus próprios recursos ou será excluído do mercado de trabalho. Afinal, a qualificação é um empreendimento a ser assumido individualmente, como apregoa a Teoria do Capital Humano.

[...] essa “teoria” implica à subjetividade que trabalha, forjar uma concepção de si como “empreendedor/a” que investe na sua força de trabalho como se ela não fosse uma mercadoria, mas parte de um negócio próprio cuja venda lhe retorna um “capital”. Ser um “empreendedor/a” nesse sentido, é dispor-se a gerenciar a própria vida analogamente à gestão de uma empresa, como um “empreendedor/a” capitalista (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 102).

A sociedade de classes é mascarada por uma formulação segundo a qual a sociedade seria formada, em um extremo, pelos possuidores do direito de comandar, portadores dos conhecimentos técnicos e científicos, sendo, portanto, competentes, não só por conta desses conhecimentos, mas por terem “investido” na obtenção dos mesmos. Os subordinados seriam os incompetentes, os que não obtiveram os conhecimentos considerados necessários (CHAUI, 2013).

O foco da Educação, diante desse quadro seria a preparação para o mercado de trabalho “fazendo com que o educando deixe de ser um fim em si mesmo e passe a ser apenas mais um instrumento para alimentar o mundo do trabalho” (DOMINGUES, 2016, p.58). Mas o mercado não deseja apenas a formação de uma mão-de-obra acrítica. O avanço das novas tecnologias no ensino e na pesquisa, abriu “um novo campo de acumulação de capital com a transformação das universidades em indústrias de produção do saber eficaz” (LAVAL, 2004, p.33).

A nova investida do capital sobre a Educação Superior se baseia no fato de que “a tecnologia é hoje o principal fator de produção. Isso desloca o capitalismo, porque o conhecimento tecnológico, diferente das máquinas e do trabalho físico, é imaterial” (DOWBOR, 2020, p.29). Essa investida deixa para a sociedade os riscos e os custos da universidade, enquanto o mercado se apropria dos benefícios, ao atrelar o fazer universitário à sua lógica. O mercado agora busca operar além das chamadas “fábricas de diplomas”, instituições de qualidade discutível, dedicadas a formar profissionais em cursos de baixo custo. Ele volta-se para o controle e apropriação do conhecimento e de sua produção.

O surgimento da chamada sociedade do conhecimento, provocou um novo deslocamento da acumulação capitalista, que avança sobre as universidades (DOWBOR, 2020). Na sociedade do conhecimento o principal produto da atividade humana é imaterial: conhecimento, tecnologias, design. Pode-se dizer que há

[...] uma economia nova repousando em leis muito diferentes das antigas, na medida em que o conhecimento é um fator de produção cujos rendimentos são crescentes, ao contrário do que ocorreu com os fatores “físicos” do capital e do trabalho: a utilização de uma unidade suplementar de informação, longe de diminuir a produtividade marginal dessa unidade tende a aumentá-la, em decorrência do caráter cumulativo do conhecimento (LAVAL, 2004, p. 31).

O conhecimento tem características de um bem não-rival, ou seja, um bem que se amplia pela sua utilização. Identifica-se, também, como de produção coletiva, por envolver o compartilhamento de informações, ideias, entre outros. Para além disso,

Ideias, conhecimentos e imaginação, sendo dádivas gratuitas da natureza humana, podem servir de importantes insumos de valor de uso para as tecnologias de produção. O posicionamento da imaginação humana no processo de trabalho é significativo. A imaginação humana, não importa quão fértil ou inquieta seja, não aparece do nada. Qualquer nova construção do conhecimento sempre surge no contexto de experiências existentes e formas diversas de compreensão e interpretação dessas experiências através de linguagem, conceitos, narrativas e histórias preexistentes (HARVEY, 2018, p. 102-103).

O capital busca intensamente a atualização das formas de apropriação do conhecimento, bem como da captura do controle da produção e organização do conhecimento. Daí o capitalista torna-se cada vez mais “um controlador de plataformas digitais, aplicativos, patentes, copyrights. E, evidentemente, de fluxos financeiros, igualmente imateriais, meros sinais magnéticos que definem outras formas imateriais de apropriação e controle, radicalmente mais poderosas” (DOWBOR, 2020, p.35).

Garantir que as instituições produtoras de conhecimento estejam integradas ao mercado e suas demandas está na ordem do dia. E uma das formas é impedir outras formas de financiamento para estas que não sejam as disponíveis no mercado. Por isso a concepção economicista da educação, própria do neoliberalismo, deseja retirar o investimento público da mesma e tratá-la como um mercado como qualquer outro (FREITAS, 2018).

O que os neoliberais traçam para a Universidade são proposições que, longe de apresentarem algo novo, apenas repetem os objetivos de políticas pensadas para a reforma do ensino Superior nos anos 1990 (SGUISSARD, 2009): Gestão universitária por meio de Organizações Sociais, financiamento por fundos privados e não pelo Fundo Público, pesquisa atrelada aos interesses do mercado, cursos orientados para as demandas do capital, entre outras formulações, se repetem quase que palavra por palavra desde a década de 1990, nos programas de inspiração neoliberal, para a Educação Superior, como se do fim do século passado para nossos dias não tivessem ocorrido modificações dignas de nota.

Dentro do contexto de perda da prioridade das políticas sociais na ação estatal provocada pelo neoliberalismo, elaboram-se políticas públicas que retiram a prioridade da universidade pública em detrimento da Educação Superior privada. Ao tornar “os únicos valores sociais legítimos os da eficácia produtiva, da mobilidade individual, mental e afetiva e do sucesso pessoal” (LAVAL, 2004, p.15), a

economia assume posição central na sociedade. Com isso os saberes transformam-se em meras mercadorias e fatores de produção, cabendo ao Estado, o papel de regulação da educação, utilizando-se de avaliações, baseadas em métricas estatísticas acerca do quanto as instituições de Ensino conseguem atender e adaptar-se às demandas de mercado (LAVAL, 2004).

Não obstante a necessidade de se ampliar a expansão de novas vagas na Educação Superior e a consolidação das mesmas, com a ascensão de políticas de austeridade, percebe-se um movimento de esvaziamento dessa expansão, enquanto política pública, fazendo com que a educação superior, principalmente a pública, acabe penalizada. Contingenciamento dos recursos, diminuição dos investimentos, entraves para mobilidade de pesquisadores, intervenção nas eleições de reitores, ataques à autonomia universitária e às instituições transformaram-se em uma rotina nas IFES. E tudo isso para conformar a universidade ao papel de apêndice do mercado, produzindo mão de obra tecnicamente qualificada, mas acrítica, em resposta ao que lhe demanda o capital.

Durante a década de 2010, ampliam-se as vozes de inspiração neoliberal que questionam a atuação do Estado brasileiro. Os mais diversos atores da sociedade formulam políticas públicas que diminuem as atribuições e papéis do Estado, ao tempo em que ampliam a participação privada. A agenda dos governos após o impedimento da presidente Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores, é a de diminuição dos investimentos públicos e a realização de reformas que colocam ampliam a exploração da iniciativa privada de diversas ações sociais, bem como aumentam a precarização do trabalho. São dispositivos como a Emenda Constitucional 95, que ao instituir um teto de gastos, acaba por fazer com que o orçamento seja elaborado visando o desinvestimento em diversas áreas.

Com a implementação de políticas de austeridade, faz-se necessário refletir sobre a expansão da Educação Superior, seus pontos positivos e negativos, bem como, avaliar os cenários para a mesma, diante da postura neoliberal ora dominante na agenda pública. As políticas de austeridade têm afetado até mesmo programas como o PROUNI² e o FIES³, por meio dos quais instituições de ensino superior privadas recebiam repasses do governo federal. O setor privado de Ensino Superior foi por muito tempo alavancado por estes programas, mas com o movimento de diminuição dos recursos a eles destinados, os grandes grupos educacionais, buscam diminuir sua dependência desses programas, ao mesmo tempo que consolidam o setor adquirindo as instituições médias e pequenas, concentrando o mercado sob a direção desses grupos. Aqui é interessante observar que o Brasil conta com o maior grupo de educação do mundo com ações negociadas em bolsa (LEHER, 2018), em um mercado que movimenta capital suficiente para estas fusões e aquisições.

Esse é o contexto em que se dá a atual investida do capital sobre a Educação Superior. O momento em que a sociedade do conhecimento se encontra com a Nova Economia, que embora tenha as características ideais para ser uma atividade compartilhada está rumando para uma individualização cada vez

²Programa Universidade para todos – PROUNI, criado em 2005, utiliza mecanismos de renúncia fiscal para conceder bolsas de estudo a estudantes de baixa renda.

³Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, criado em 2001, e reformulado em 2010, como o nome indica, atua financiando as mensalidades dos alunos nas instituições de ensino superior privadas.

maior. É preciso que a universidade se adeque a um modelo, “que considera que todas as instituições, inclusive as públicas, devem ser colocadas a serviço da máquina econômica em detrimento de qualquer outra finalidade” (LAVAL, 2004, p. 86).

3. A Educação Superior em disputa

O ensino superior, quer seja o público ou o privado, não escapa à lógica do modo de produção em vigor, o capitalismo. Isso leva a Educação Superior a refletir os impactos e tensões referentes à luta de classes inerente à sociedade (BAUER, 2010). Afinal, “a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p.35)

A universidade precisa ser entendida como uma construção histórica, resultado das constantes interações com a sociedade, onde refletem-se e atuam uma sobre a outra. Surgida na Idade Média, a Universidade, à medida que precisava dar respostas às novas demandas que as mudanças econômicas, sociais e culturais da sociedade lhe colocavam a frente, foi se alterando. Por vezes moldando a si mesma, em outras, transformada pelas intervenções externas.

Com o neoliberalismo, além das pressões por sua mercantilização, a Universidade está diante de um processo de alienação do imaterial. Para concluir essa alienação, as políticas neoliberais buscam aprofundar a subordinação da Educação Superior ao capital. Por isso, “as atuais formas de comodificação e privatização do ensino superior não podem ser pensadas como processos desvinculados da ‘modernização conservadora’ e de seu modelo universitário” (LEHER, 2018, p.165). Embora empregadas, muitas vezes, como sinônimos, privatização e comodificação não se referem ao mesmo processo. Enquanto a privatização é a entrega de bens e serviços públicos para a exploração privada, a comodificação seria o processo pelo qual as instituições sociais, sejam públicas ou privadas, “passam a ser definidas e organizadas em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias, embora não produzam mercadorias no sentido estrito da palavra” (SILVA; FREITAS, p.3, 2021). Ou seja, ao falarmos sobre comodificação da Educação Superior estamos abordando um processo mais profundo de mudanças na universidade e em toda a Educação Superior.

A universidade neoliberal seria uma instituição para poucos, pautada por um paradigma concorrencial e competitivo, que exclua, ou, pelo menos, encubra o caráter colaborativo da construção e difusão do conhecimento. Pautado por essa lógica, o conhecimento e a tecnologia produzida por este, terminariam por transformarem-se em sujeito, num processo avassalador que termina por capturar a humanidade e, “em vez de alforriá-la, submete-a à maior das servidões” (DOMINGUES, 2016, p.34).

Mesmo com a maior parte das vagas de graduação sendo ofertadas por instituições privadas, busca-se mercantilizar a Educação Superior, descaracterizando a mesma enquanto direito e configurando-a como mera prestação de serviços. Daí a busca pela mercantilização das universidades públicas. Estas são alvo de

pressões por privatização pura e simples, ou, no mínimo para assumir elementos da gestão privada. Caleffi e Mathias (2017) defendem o protagonismo do modelo privado de Educação Superior por considerar que a necessidade de capital humano qualificado e a alta demanda por cursos de graduação por parte de alunos oriundos do Ensino Médio demandam um sistema de Educação Superior mais versátil, capaz de dar respostas céleres a essa demanda por novas vagas na graduação.

É neste sentido que se constituem companhias de direito privado, com capital aberto e ações negociadas na Bolsa de Valores, voltados para a exploração da educação como um negócio, uma vez que visam a obtenção de cada vez mais lucros a seus acionistas. Essas companhias se denominam Grupos Educacionais. A maioria das matrículas no Ensino Superior estão concentradas nas instituições que pertencem a estes grupos.

A ascensão desses grupos é considerada como uma mudança na forma como a educação é entendida. A visão que os grupos de educação têm, em relação a Educação Superior no Brasil, é a de que “em decorrência da necessidade perene do serviço que aporta e das altas margens de lucros geradas nos últimos anos, é, atualmente, uma das opções de investimento de fluxos de capital e internacional” (CALEFFI; MATHIAS, 2017, p.13). Em outras palavras, uma importante oportunidade de investimentos. A Educação Superior seria apenas uma prestação de serviço, bancada, como vimos, por quem deseja maximizar seu valor no mercado de trabalho e não um direito financiado pelo Estado. Para Leher (2018), seria ver a educação enquanto “prática capaz de converter o conhecimento e a formação humana em ‘capital humano’, isto é, em insumo do capital” (LEHER, 2018, p.49), promovendo, como observado anteriormente, uma visão individualista de que a pessoa é quem deve responsabilizar-se pela sua formação, a fim de valorizar-se. Aqui a proposta de Educação Superior representada pelo programa FUTURE-SE se adapta perfeitamente.

O governo Bolsonaro (2019-2022) ficou marcado pelas intervenções nas Universidades Federais, nomeando reitores que haviam sido derrotados nas consultas feitas à comunidade acadêmica e ainda pelos cortes profundos no orçamento das mesmas, uma vez que este foi um governo abertamente neoliberal “com a defesa de privatizações, políticas de austeridade e uma agenda moral conservadora, que segue a tendência da direita em todo o mundo” (SILVA; BARBOSA, 2020, p.337). Para além desse histórico, atuando de acordo com suas preferências ideológicas, o governo apresentou o FUTURE-SE, como sua principal política para a Educação Superior. O programa, caso aceito, teria alterado profundamente o funcionamento e o próprio fazer universitário das Instituições Federais de Ensino Superior. No FUTURE-SE,

A ideia-chave é que as instituições devem ser refuncionalizadas como organizações de serviços para que possam iniciar o seu autofinanciamento, desobrigando o Estado federal de custear as instituições públicas sob sua responsabilidade. Para isso, propugna contratos de gestão com a Organização Social financiada a partir de fundos de investimentos negociados na Bolsa de Valores, erodindo os preceitos constitucionais e, em particular, a autonomia universitária (...). Assim o corolário da referida emenda é o estrangulamento orçamentário e a conversão das universidades em agências captadoras de (inexistentes) projetos de pesquisa e desenvolvimento privados (LEHER, 2019, p. 31).

A universidade pública seria completamente descaracterizada, atrelando seu destino e financiamento aos humores do mercado. Esse é apenas um exemplo de como as medidas neoliberais buscam o esvaziamento das políticas públicas voltadas para a Educação Superior.

Para além dessas considerações é preciso entender que a mercantilização, bem como a comodificação da educação superior levam a criação do “consumidor” de educação. Isso é uma condição que tende a ampliar a desigualdade social, pois passam a ser da família ou apenas do indivíduo, em relação ao ensino,

[...] todas as tarefas de colher e avaliar informação. Frequentemente, isso acarreta uma grande quantidade de trabalho, principalmente para as comunidades e famílias que possuem menos recursos econômicos, menos habilidade técnica, cujas bibliotecas e centros de serviço social têm poucos recursos ou estão fechados e cuja responsabilidade emocional e física de tomar providências quando às necessidades humanas em uma economia implacável é enorme. (...) isso coloca esses consumidores em séria desvantagem (APPLE, 2005, p. 74-75).

Para negar esse modelo, a universidade precisa atuar por meio de uma educação crítica, libertadora, exercendo um papel protagonista na sociedade. Esse protagonismo se faz por meio da aproximação com a realidade brasileira, escolhendo engajar-se junto às aspirações populares e não as diretrizes das classes dominantes (SAVIANI, 2013).

Levar a concepção freiriana de práxis, onde a reflexão e a ação estão intrincados na “esperança de que é possível construir um mundo melhor” (QUERUBIM, 2013, p. 24) é um dos caminhos para a Universidade se colocar junto aos oprimidos. Desmontar a concepção mercantilista da Educação Superior, bem como as fábricas de diplomas e a alienação dos saberes na Universidade envolve o entendimento de que, “quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 2011, p. 25).

4. Construindo outra proposta para a universidade

A obra de Paulo Freire já faz parte dos referenciais necessários para a construção de uma proposta de universidade a se opor ao modelo mercantilizado. Afinal, a obra de Freire não se reduz a um método pedagógico ou a um método de alfabetização de adultos. Nela, a educação é antes de tudo um ato de conhecimento, tendo, portanto, uma dimensão epistemológica (ANDREOLA; LOPES, 2013). Essa epistemologia é a que deve guiar esse percurso para a universidade que nega a mercantilização e o neoliberalismo para superar a universidade da e para a elite.

De acordo com Querubim (2013), apesar de Freire ter como foco a educação popular, para este a universidade era concebida “com os mesmos paradigmas epistemológicos que concebia qualquer outro nível de educação” (QUERUBIM, 2013, p. 24). Com a expansão da educação superior das primeiras décadas do

século XXI, chegaram à Educação Superior um grande número de estudantes oriundos das classes populares. Com isso as instituições de Educação Superior devem buscar o olhar de Freire sobre a educação das classes populares para referenciar suas ações diante desse público, que tem alterado a rotina e o fazer acadêmico.

As desigualdades de classe, de raça, de gênero, entre outras, forma a base para a construção histórica da sociedade brasileira. Superar essas desigualdades, tão profundamente enraizadas deve ser uma das tarefas do Ensino Superior, sendo o acesso e a permanência dos oprimidos uma ferramenta importante para essa superação. Faz-se necessário, para uma verdadeira democratização da universidade, “combater o tradicional elitismo social da universidade pública, em parte responsável pela perda da legitimidade social desta” (SANTOS, 2010, p.71), colocar um fim na exclusão de grupos sociais e de seus saberes por parte da universidade. Para além do acesso dos grupos socialmente excluídos à universidade, é preciso garantir a permanência destes, junto com a formação de qualidade, por meio da elaboração de “uma proposta pedagógica de ensino superior diferenciada, sensibilizada e comprometida politicamente com esses grupos, que possa de fato acolher as camadas populares nesse momento de transição em que a escola não preparou com competência esses sujeitos” (QUERUBIM, 2013, p. 119).

Diante do que foi colocado acima, as Universidades, “para funcionar de maneira adequada, precisam ser públicas, descentralizadas e com controle participativo das comunidades” (DOWBOR, 2013, p.137), que se afaste da educação do tipo bancária, em que o ato de educar “se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2020, p. 80). Uma educação que não gera uma consciência crítica e acaba por automatizar as mulheres e os homens que se diplomam, mas não realizam o seu potencial enquanto seres humanos.

A busca pela humanização de discentes e docentes, de toda a comunidade acadêmica, convencida “de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2013, p. 24) é de fundamental importância para superar a mercantilização individualista, que vê apenas recurso para o capital, onde deveria existir a produção coletiva de conhecimento.

Diante das pressões por uma formação atrelada ao mercado, deve ser reafirmado o papel da Educação Superior para a produção do conhecimento, utilizando o tripé universitário: Ensino, Pesquisa e Extensão. Afinal, “pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 2013, p. 31).

A Extensão deveria estabelecer diálogo com os que pensam que nada sabem, buscando que estes transformem seu pensamento, vindo assim, todos a saber mais, ou seja, o extensionista necessita atuar como educador para a prática libertadora (FREIRE, 1983). Uma prática que deve voltar-se tanto para fora, quanto para dentro da universidade, porque na atualidade, os camponeses, os periféricos, aqueles que pensam que nada sabem, enfim, os oprimidos chegam em grande número à Educação Superior.

Estes estudantes, muitas vezes advêm de escolas que pouco lhe preparam para os conteúdos complexos a serem abordados na universidade. Daí a pergunta: como abordar estes conteúdos com eles? De acordo com Querubim (2013), não se deve rebaixar os conteúdos universitários para esse público, pois longe de democratizar a universidade, isso iria tãõ somente aprofundar o fosso, entre os opressores e oprimidos. O caminho é investir na criticidade, no respeito as vivências e experiências dos educandos, seus saberes constituídos na prática de suas comunidades e “discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos” (FREIRE, 2013, p. 31). Discutir, continua Freire (2013), a realidade, relacionando os conhecimentos curriculares necessários com as experiências sociais dos alunos.

Não basta a obtenção do diploma, ou de uma capacitação profissional e tecnológica se o almejado é uma educação popular. A Educação, a Superior inclusive, deve as relações entre homens e a relação do homem com o mundo, para que os estudantes a consciência de sua realidade. Uma educação, que tal como a pedagogia do oprimido, deve “ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 2020, p. 43).

Encarar a Educação Superior como uma fábrica, onde os ingressantes seriam tratados como matéria-prima e os egressos como mercadoria final, após terem sido processados pela instituição é perder uma dimensão da Educação Superior, na qual esta proporciona aos educandos assumir sua vocação ontológica, sua busca pela humanização, para assim libertarem-se a si e aos opressores.

Conclusão

Não basta apenas realizar a expansão de cursos e vagas na educação superior. É preciso negar o modelo neoliberal e isto só é possível por meio da democratização da Universidade. As instituições privadas, atuando em uma relação comercial com os alunos, foram as que mais ampliaram sua participação na oferta de vagas e cursos. Todo o processo dos grupos privados de educação superior pé pensado enquanto um simples negócio, cujo objetivo é proporcionar lucros cada vez maiores aos acionistas. Cada vez mais faculdades e centros universitários são criadas, ou incorporadas, aproveitando-se do fato de que essas instituições estão desobrigadas por lei a cumprir o tripé ensino, pesquisa e extensão. Dessa maneira, diminuem seus investimentos, ampliando os ganhos de escala. Por meio de um ensino comodificado, baseado em tecnologias EAD e na superexploração dos docentes.

O avanço do modelo privado de educação superior, visto como a forma mais eficaz e barata de expansão desse nível de ensino eficaz e mais barato eleva as pressões externas e mesmo internas à comunidade universitária, para que a universidade pública se adapte a essa dinâmica, tanto administrativamente, quanto no desempenho de suas atividades acadêmicas.

Este trabalho procura reafirmar a importância da universidade pública, gratuita e de qualidade, voltada para as demandas e interesses das camadas populares. Não se trata de excluir instituições privadas, mas de construir um modelo no qual a Educação Superior possa concorrer para a superação da divisão social na sociedade brasileira e aqui, pode-se pensar em uma complementaridade entre os sistemas público e privado. Uma concepção de educação libertadora, inspirada na epistemologia freiriana e, por isso, construída pelos diversos atores que se relacionam com a universidade é uma das formas de transformar a universidade de uma instituição das classes opressoras em uma instituição à serviço dos oprimidos.

Referências

- ANDREOLA, Balduino Antonio; LOPES, Ronaldo Silva. Dimensões psicológicas e epistemológicas da obra de Freire. In: **Diálogo**. Canoas/RS, n. 22, abr 2013. Disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/1040>. Acesso em 25 ago. 2021.
- ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da flexibilização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Editora Cortez, 2017.
- APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.
- BAUER, Carlos. **A classe operária vai ao campus: esboço de uma história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Sundermann, 2010.
- BEZERRA, Alexandre do Nascimento. O papel do Estado na Filosofia Política da Economia Social de Mercado: diferenças entre o liberalismo *laissez-faire* e ao *welfare state*. In: **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 12, n° 2, p. 26-40, abr./jun. 2021. Disponível em <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/341>. Acesso em 05 set. 2021.
- BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- BRASIL. **Lei Complementar Nº 179**, de 24 de fevereiro de 2021. Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2021. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-179-de-24-de-fevereiro-de-2021-305277273#:~:text=Define%20os%20objetivos%20do%20Banco%2c31%20de%20dezembro%20de%201964>. Acesso em 20 abr. 2023
- CALEFFI, Paula; MATHIAS, Alexandre J. L. **Universidade S.A.: As companhias de capital aberto da educação superior no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

- DOMINGUES, Ivan. **O trabalho e a técnica**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica**: alternativas de Gestão Social. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013
- DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020.
- FRAZER, Nancy. JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.
- LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomiacultural no capitalismo dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARTINS, José Antônio. **Filosofia Política**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.
- QUERUBIM, Viviane Rosa. **Paulo Freire e a Educação Superior**: referenciais freirianos para pensar a universidade brasileira. 2013. 204f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2013.
- SANDEL, Michael J. **O que o dinheiro não compra**: os limites morais do mercado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2010.
- SAVIANI, Demerval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.
- SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no Século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.
- SILVA, A. P. da; FREITAS, F. C. H. P. de. O discurso da comodificação da Educação na relação universidade acadêmica e universidade corporativa. **Educação**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e96/ 1–24, 2021.

DOI: 10.5902/1984644443455. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/43455>. Acesso em 20 abr. 2023.

SILVA, Wagner Pires da; BARBOSA, Erlene Pereira. Austeridade e neoliberalismo no Brasil pós-golpe. **Rev. Sítio Novo**, Palmas, v. 4 n. 3 p. 336-347 jul./set. 2020. Disponível em <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/525>. Acesso em 20 abr. 2023.

Contribuições dos autores:

Wagner Pires da Silva: Discussão da proposta do artigo; Elaboração da primeira versão; Submissão; Ajustes a partir do parecer da avaliação; submissão da versão final.

Neiva Afonso Oliveira: Discussão da proposta do artigo; revisão da primeira versão; e ajustes a partir do parecer da avaliação
